

GESTÃO FISCAL

Informativo

1º Quadrimestre de 2018



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

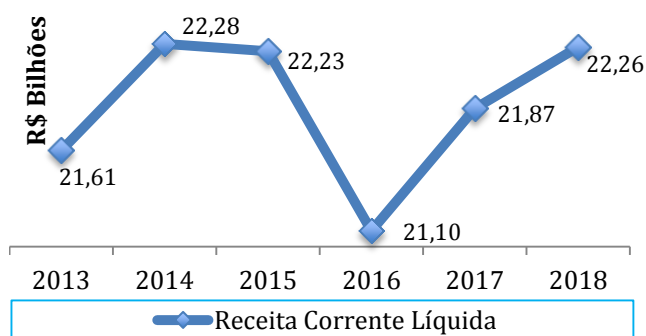
1º QUADRIMESTRE DE 2018

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (maio/2017 a abril/2018), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

A RCL é utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verifica-se incremento da RCL em comparação com o mesmo período do ano anterior.



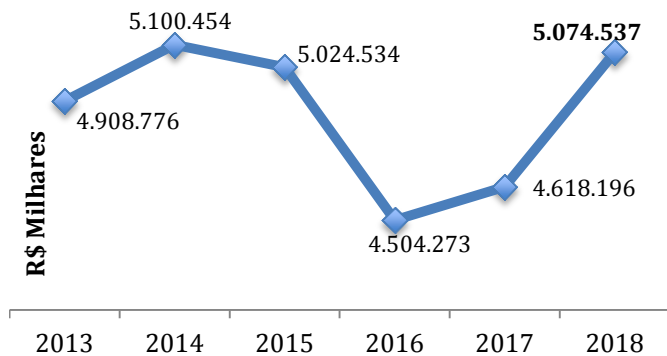
*dados atualizados pelo IPCA

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL, já que equivale a 47,8% da receita corrente bruta arrecadada no primeiro quadrimestre de 2018.

Nos meses de janeiro a abril de 2018, pode-se observar crescimento acentuado (9,88%) da principal receita do Estado frente a 2017.

Parte dessa recuperação pode ser explicada pelo novo regime de recolhimento do imposto, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 45.797/2018.

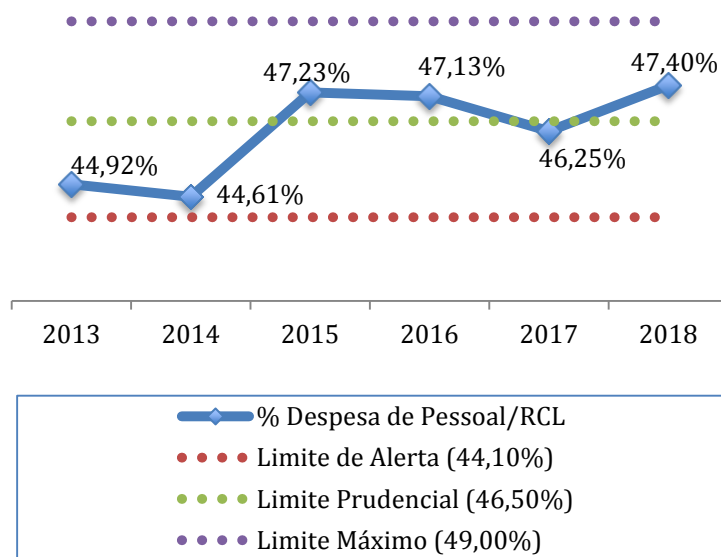


*dados atualizados pelo IPCA

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

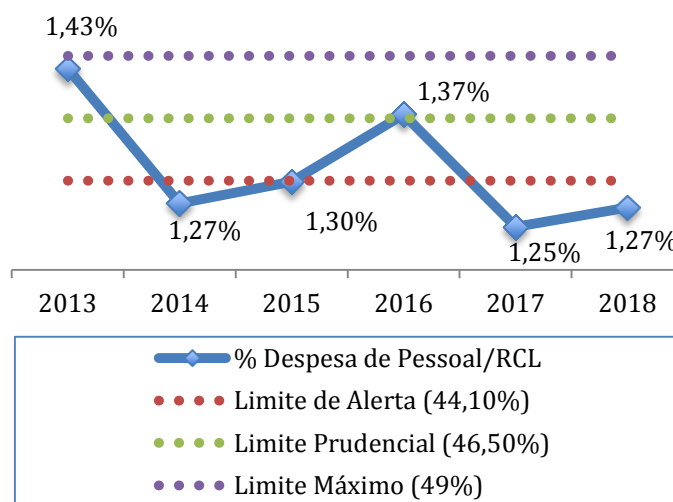
O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O Poder Executivo estadual atingiu o maior percentual de DTP dos últimos seis anos, ficando acima do limite prudencial no 1º quadrimestre de 2018.



Despesa Total com Pessoal - Alepe

O percentual da Despesa Total com Pessoal (DTP) na Assembleia Legislativa apresentou uma ligeira oscilação positiva em relação ao ano passado, mas se manteve abaixo do limite de alerta.

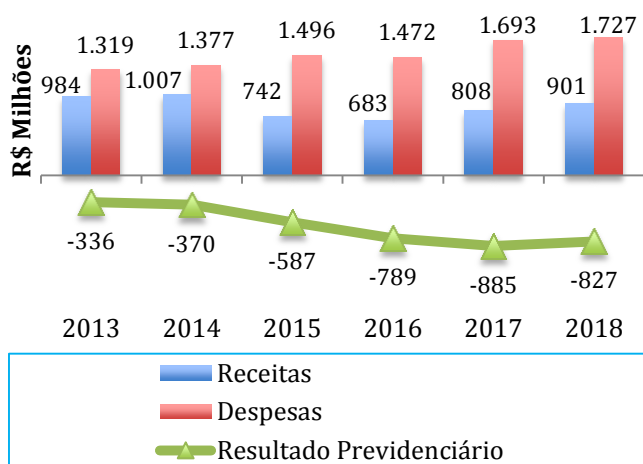


Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias.

Na arrecadação, destacam-se as contribuições patronais e dos servidores, enquanto a maior parte dos dispêndios do regime próprio de previdência estadual está relacionada às aposentadorias e pensões.

No primeiro quadrimestre de 2018, houve crescimento real de 11,53% das receitas e de 2,03% das despesas. Esse aumento das receitas acabou por reduzir o déficit previdenciário.

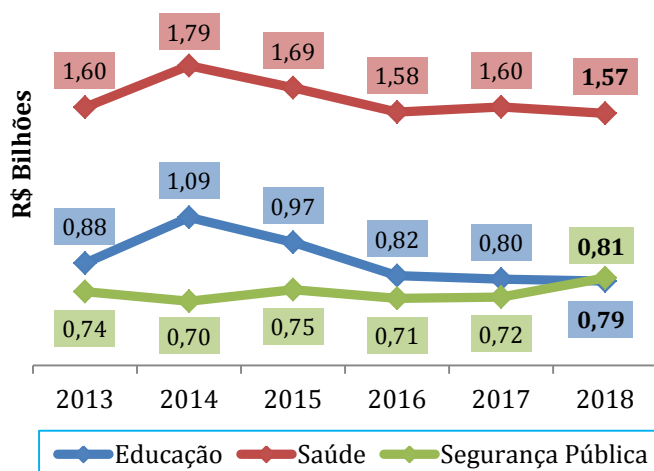


*dados atualizados pelo IPCA

Despesas por Função

É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função.

Verifica-se que, dentre as principais áreas de atuação do Estado, apenas a Segurança Pública obteve crescimento real entre 2013 e 2018. As áreas de Educação e Saúde, por outro lado, apresentaram pequena redução de gastos, não obstante a crise fiscal que acometeu o país no período.



*dados atualizados pelo IPCA

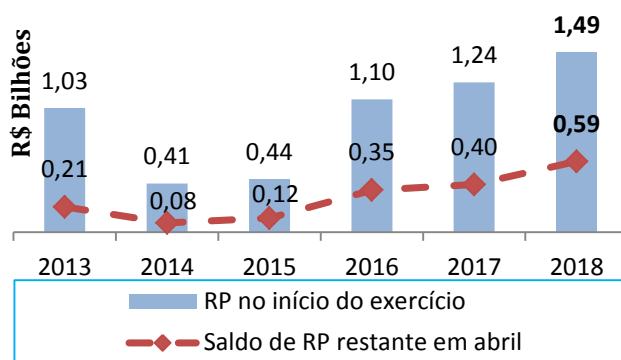
As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.

Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

O total de Restos a Pagar do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2017 era equivalente a R\$ 1,49 bilhão. Até abril de 2018, já haviam sido pagos R\$ 895,17 milhões e cancelados outros R\$ 12,80 milhões, resultando numa dívida reconhecida de R\$ 586,40 milhões pendente de quitação.

Observa-se que o exercício de 2018 representa, ao mesmo tempo, o maior saldo de restos a pagar no início do exercício e o maior saldo ainda a quitar ao final de abril.



*dados atualizados pelo IPCA

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da Receita Corrente Líquida. O patamar pernambucano em abril de 2018 foi equivalente a 52,38%.

